

Ata da reunião do Conselho Municipal de Saúde de Campinas realizada aos vinte e cinco dias do mês de junho de dois mil e três

Estiveram presentes à reunião: Dr. Adail de Almeida Rollo, representante do Hospital Mário Gatti; Sr. Afonso Basílio Jr., representante dos trabalhadores de saúde do serviço público municipal; Dr. Antonio César Paulino de Cillo, representante da PUCCAMP; Sra. Cristina Rodrigues da Silva, representante do Movimento Popular de Saúde; Sra. Edna Franco de Sousa, representante dos trabalhadores de saúde do serviço público municipal; Sr. Erclindo Mariano Jr., representante dos Conselhos Locais de Saúde da Região Noroeste; Sra. Jenice Pizão, representante do Movimento Sindical; Sr. João Olímpio Santana Ferreira, representante dos Conselhos Locais de Saúde da Região Sudoeste; Sr. João Paulo Ribeiro, representante do Movimento Sindical; Sr. João Xavier, representante do Movimento Popular de Saúde; Sr. Luverci Rocha, representante dos Conselhos Locais de Saúde da Região Leste; Sra. Márcia Castagna Molina, representante da Secretaria Municipal de Saúde; Sr. Marcos Silveira, representante das entidades patronais; Dra. Maria do Carmo Carpintéro, Secretária Municipal de Saúde e Presidente do Conselho; Sra. Maria Izabel Nascimento Marques, representante dos conselhos de classe; Sr. Nélio José de Carvalho, representante dos prestadores de serviços não hospitalares; Sr. Renato Souza Santos, representante das associações de aposentados; Sra. Rosalina de Souza, representante dos trabalhadores de saúde do serviço privado; Sra. Rosângela Pedrettes de Oliveira, representante das associações de portadores de deficiência e/ou patologias; Dra. Tereza de Jesus Martins, representante dos serviços de saúde municipais; Dr. Adilson Rocha Campos, representante suplente da Secretaria Municipal de Saúde; Sra. Antonia Bersi, representante suplente dos Conselhos Locais de Saúde da Região Sudoeste; Sra. Denilza Aparecida da Silva, representante suplente do Movimento Sindical; Dr. Fernando Antonio B. de Carvalho, representante suplente dos hospitais filantrópicos; Sra. Izabel Pereira de Oliveira, representante suplente dos Conselhos Locais de Saúde da Região Noroeste; Sr. José Araújo da Silva Filho, representante suplente do Movimento Popular de Saúde; Sr. José Augusto de Melo, representante suplente dos Conselhos Locais de Saúde da Região Norte; Sra. Neusa Ap. Cardoso Carvalho, representante suplente dos trabalhadores de saúde do serviço público municipal; Dr. Roberto Mardem Soares Farias, representante suplente da Secretaria Municipal de Saúde; Sra. Shirley Garcia, representante suplente das entidades patronais; Sra. Silvana Gurgueira Piassa, representante suplente dos trabalhadores de saúde do serviço público municipal; Sr. Waldomiro Aprile Jr., representante suplente do Movimento Popular de Saúde; Sra. Silvia S.T. Nicolau, secretária do Conselho; funcionários da Secretaria Municipal de Saúde. Justificaram ausência: Sr. Adalto Inácio Anuniação, representante do Movimento Popular de Saúde; Sr. Edilson Baqueiro, representante dos serviços de saúde da PUCCAMP; Sr. Irany Mendes de Oliveira, representante dos Conselhos Locais de Saúde da Região Norte; Sr. João Carlos Lourenço, representante do Movimento Sindical; Sr. José Luiz Zétula, representante do Movimento Sindical; Dr. Orestes Mazzarioli Jr., representante dos hospitais não filantrópicos. Faltaram: Dr. Carlos Alberto Politano, representante dos hospitais filantrópicos; Dr. Idival Fantinato, representante das entidades de classe; Dr. Ivan F.C. Toro, representante dos serviços de saúde da UNICAMP; Sr. Luiz Antonio de Oliveira, representante dos Conselhos Locais de Saúde da Região Sul; Dr. Paulo Eduardo M.R. da Silva, representante da UNICAMP; Sra. Vera Lúcia Araújo, representante do Movimento Sindical.

A pauta da reunião constava dos seguinte itens: 1) Aprovação da ata da reunião de 28.05.03; 2) Orçamento Participativo – Prestação de contas; 3) Espaço livre; 4) Informes.

Dr. Roberto iniciou a reunião esclarecendo que a Dra. Maria do Carmo chegaria um pouco mais tarde, pois tinha sido convidada para compor a mesa de abertura da 3ª Semana de Luta do Morador de Rua. Em seguida fez o lançamento do Relatório Final da 6ª Conferência Municipal de Saúde e 1ª Conferência Municipal de Política de Medicamentos e Assistência Farmacêutica, lembrando que a sua leitura facilitaria a integração entre os Conselhos de Saúde e do Orçamento Participativo. Antes de iniciar a pauta propriamente dita, solicitou autorização dos conselheiros para inclusão de 3 pontos, quais sejam: referendo aos delegados eleitos para a Conferência de Assistência Farmacêutica; solicitação de recursos ao Ministério da Saúde; propostas de convênios com a APASCAMP e com a AACD. Colocada em votação, a inclusão desses assuntos na pauta foi aprovada pela maioria dos presentes, havendo 1 voto contra e 1 abstenção. Passou, então, a ler o ofício encaminhado pela Dra. Maria do Carmo acerca da Conferência de Assistência Farmacêutica, informando que estaria sendo realizada uma Plenária Regional, para eleição dos delegados para as Conferências Estadual e Nacional, no próximo dia 12 de julho, das 8 às 19 horas, em local a ser definido. Nela deverão participar dos delegados por Campinas 12 usuários, 6 trabalhadores de saúde e 6 gestores, usuários e trabalhadores que já foram eleitos durante a Conferência Municipal, devendo os Conselhos referendar os seus nomes, que deverão constar em ata. Os delegados eleitos como representantes dos trabalhadores de saúde foram: Marli Aparecida Viana Pereira; Adriana Aparecida Alves; Samuel de G. Carvalho; Eliane Gandolfi; Carlos Roberto Prata Vieira Jr.; Maria Ivonilde Vitorino de Souza; Saete Castelli Girardi (suplente); e como representantes dos usuários: Cristina Rodrigues da Silva; Erclindo Mariano Jr.; Marcos Silveira; Antonio Barbosa dos Santos; Luverci Rocha; Ricardo Semeghini; Yara de Oliveira Corrêa; Luzinete Batista; Maria do Carmo Mendes; Valdomiro Manuel Ribeiro; Luciano Marques Lira; Celidônio Pereira Coelho. Após esclarecer, a pedido do Sr. João Paulo, como havia sido a eleição e quais deles eram membros do Conselho, os nomes foram colocados em votação, tendo sido aprovados pelos presentes. Com relação à solicitação de recursos ao Ministério da Saúde Dr. Roberto colocou que uma das possibilidades seria referente às emendas contingenciadas para obras, obras do Orçamento Participativo com recurso insuficiente e para o CDHU, ou seja: CS Rosália – construção de 298,28m, no valor de R\$ 295.000,00; CS Joaquim Egídio – construção de 654,43m, no valor de R\$ 413.252,23; CS Satélite Íris – construção de 409,07m, no valor de R\$ 394.000,00; CS Oziel – construção de 306,29, no valor de R\$ 300.000,00; CS Eulina – reforma de 265,55m e ampliação de 295,28m no valor total de R\$ 344.000,00; construção de um Centro de Saúde para atender às 2340 famílias do Conjunto Habitacional Campinas "E", desenvolvido pela CDHU, na região dos Amarais – para esta construção foi cedido ao município em comodato um terreno de 3.053,61m²; equipamentos e material permanente (respiradores) para o Hospital Mário Gatti, no valor de R\$ 163.200,00. Respondendo a questionamento feito pela Sra. Shirley, Sr. Marcelo, Diretor do Fundo Municipal de Saúde, informou que o valor apresentado para licitação, após orçamento, tem sido em torno de R\$ 800,00 o metro quadrado da construção de um Centro de Saúde, valor esse que acaba recebendo um desconto da ordem de 10 a 20%. Esclareceu que esse valor é bem maior do que o da construção de uma residência porque nele estão contempladas instalações especiais, tais como tubulação de gás, tubulação para escoamento de autodave, entre outras. Sr. Xavier questionou a metragem proposta para a construção do CS Oziel, uma vez que havia sido discutido que a unidade teria 450 m². Sr. Valdir, coordenador do CLS Padre Anchieta, colocou que a CDHU estava construindo um conjunto habitacional na entrada do sub-distrito, cuja população certamente será atendida pelo Centro de Saúde, acarretando sobrecarga de atendimento. Sr. João Paulo perguntou sobre a possibilidade de ser feita previsão de recursos não só para obras, como também para equipamentos e recursos humanos. Sra. Ivonilde perguntou se a verba prevista anteriormente não havia sido suficiente, uma vez que essas obras foram previstas no OP de 2001. Sr. João Olímpio questionou o fato do Centro de Saúde Tancredão não ter sido contemplado na relação de obras. Sr. Júnior perguntou se havia diferença no custo do metro quadrado de cada obra e se o CDHU entraria na discussão do Orçamento Participativo. Com relação ao contingenciamento de recursos, Dr. Roberto colocou que com a adoção dessa medida, o Ministério da Saúde está fazendo com que realmente a destinação dos recursos seja discutida e negociada nos vários fóruns existentes. Dra. Tereza reiterou que para a região sul é fundamental ter uma unidade construída dentro da ocupação dos bairros Parque Oziel e Jardim Monte Cristo, mas infelizmente a verba destinada por emenda parlamentar em 2002 não foi liberada, tendo sido contingenciada no início desse ano, razão pela qual é imprescindível que a oportunidade surgida nesse momento seja aproveitada. Com relação à metragem do Centro de Saúde, colocou que, devido ao alto grau de ocupação ainda existente na área, houve dificuldade em conseguir um terreno que possibilitasse uma construção maior nesse momento. Posicionou-se no sentido de que os conselheiros deveriam aprovar o encaminhamento desses projetos para viabilizar a obtenção dos recursos com a maior urgência possível. Respondendo aos questionamentos feitos pelos conselheiros, Sr. Marcelo colocou que o projeto do CS Oziel já estava aprovado no Ministério e, portanto, valeria a pena mantê-lo como está para garantir a obtenção do recurso, propondo a apresentação de novo projeto para ampliação da unidade. Informou que o custo médio de construção varia de unidade para unidade, dependendo da sua complexidade. Reconheceu a necessidade da obra no CS Tancredão, mas lembrou que não tem sido possível sua realização por não constar como prioridade no OP nem tampouco haver emenda parlamentar. Dr. Roberto propôs o encaminhamento de solicitação de equipamentos através do PROESF, que visa a ampliação do Programa de Saúde da Família. Propôs a inclusão de solicitação de recursos para construção de mais uma unidade no CDHU da Padre Anchieta, bem como para a ampliação do CS Oziel. Colocados em votação, todos os itens foram aprovados com 2 abstenções. Terminado esse ponto, passou a palavra à Sra. Osmarina, coordenadora do Centro de Reabilitação Física, para que esclarecesse a necessidade de discutir as propostas de convênio com a APASCAMP e AACD naquele dia, conforme documento entregue aos conselheiros e que se encontra arquivado na Secretaria Executiva. Sra. Osmarina esclareceu que a APASCAMP é uma entidade sem fins lucrativos que trabalha com pessoas com deficiência auditiva, dando atenção integral a essas pessoas, culminando com o fornecimento de próteses auditivas. Colocou que esse convênio tem algumas peculiaridades, já que praticamente não utilizaria recursos do orçamento municipal, pois o Ministério lançou uma linha de financiamento especial, onde o pagamento das próteses e tratamentos será feito extra-teto. Informou que Campinas tem aproximadamente 500 pessoas aguardando por uma prótese auditiva e que, com o estabelecimento do convênio, seria montada uma central reguladora pelo município que faria a priorização dos casos. Colocou que esse é um projeto que vem sendo aguardado há bastante tempo e que, caso aprovado, seu pagamento será feito por procedimento, sendo somente R\$ 869,60 mensais de recursos do SUS Municipal. A outra proposta de convênio era com a AACD, para fornecimento de órteses e próteses ortopédicas, bem como adaptação e manutenção de cadeiras de rodas e o traslado dos usuários encaminhados pela SMS, pois as licitações nessa área têm sido bastante problemáticas. Sra. Osmarina informou que os recursos para esse convênio estão previstos no OP e que a licitação em vigor está terminando. Após terem sido prestados os esclarecimentos solicitados com relação ao controle de qualidade dos produtos, bem como os questionamentos acerca das propostas não terem sido encaminhadas com antecedência, conforme deliberação do Conselho, Dr. Roberto colocou as propostas de convênio em votação, tendo sido as mesmas aprovadas com 3 abstenções. Passou a presidência da reunião à Dra. Maria do Carmo que, dando início à pauta propriamente dita, colocou em votação a ata da reunião de 28.05.03. Sr. Afonso fez alguns questionamentos com relação à ata, tendo sido deliberada sua correção, como segue: Dr. Roberto esclareceu que onde constou como meta da Secretaria a garantia de ser gestora do Fundo Municipal de Saúde quis dizer que vem sendo buscada maior autonomia em diversos aspectos, como por exemplo na questão das licitações. Sr. Afonso questionou também o fato de não ter sido transcrita na íntegra a solicitação de informações feita pelo Sr. David. Como o Sindicato dos Servidores encaminhou as perguntas por escrito, Sr. David propôs a sua transcrição, o que fez o seguinte: "1. ORÇAMENTO – 1.1. Qual o Orçamento total da Prefeitura Municipal de Campinas? 1.2. Qual o Orçamento da Secretaria Municipal de Saúde? 1.3. Qual o valor da "verba SUS", detalhada (PAB; APAC; CAPS; VISA; Especialidades: Projetos – AIDS, etc.)? 1.4. Qual o montante executado e qual o montante empenhado (discriminado por itens: insumos, RH, etc.)? 2. PAIDÉIA – 2.1. Qual o número de equipes existente? 2.2. Qual o número de equipes cadastradas no Ministério da Saúde? 2.3. Qual a composição de cada equipe? 2.4. Qual o valor pago pelo Ministério da Saúde, por categoria profissional? 2.5. Qual a contrapartida paga pela Secretaria Municipal de Saúde, por categoria profissional? 2.6. Qual a frequência/periodicidade do repasse feito pelo Ministério da Saúde? 2.7. Qual a origem dos valores referentes à contrapartida paga pela Secretaria Municipal de Saúde? 2.8. A Administração afirmou, em mesa de negociação, que retira do Tesouro Municipal os valores totais para pagamento do "Prêmio Paidéia". Qual a responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde por isso? O "acordo" feito entre a Secretaria Municipal de Saúde e a Secretaria Municipal de Finanças foi avalizado pelo Conselho Municipal de Saúde? Em caso afirmativo, de qual Ata consta? 2.9. Em reunião entre trabalhadores e o Presidente da Câmara de Vereadores foi afirmado por este que o Governo estaria utilizando verbas próprias da Educação para pagamento dos valores referentes ao "Prêmio Paidéia". Isso é verdadeiro? Em caso afirmativo, qual a base legal para tanto e qual processo de discussão ocorreu para tal deliberação? 3. CONVÊNIO SMS/CÂNDIDO FERREIRA – 3.1. Quantos Agentes Comunitários de Saúde estão contratados? 3.2. Quais outros profissionais contratados, em quais funções e locais de atuação? 3.3. Quais os valores referentes a salários pagos a esses profissionais, por categoria? 4. POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE – 4.1. A Administração afirmou, em mesa de negociação, que o trabalhador no Serviço Público não é sua prioridade número um e que usará suas reservas em obras. Diante disso perguntamos qual o compromisso da Administração Municipal com as Políticas Públicas de Saúde?" Após as correções, a ata foi colocada em votação, tendo sido aprovada pelos presentes com uma abstenção. Em seguida, Dra. Maria do Carmo comunicou o recebimento de correspondências, sendo um ofício encaminhado pelo Sindicato, que foi transcrito acima, cujas respostas serão encaminhadas posteriormente àquela entidade. Outro ofício foi encaminhado pelo Hospital Celso Piarro, comunicando a paralisação dos funcionários do hospital e solicitando o encaminhamento dos pacientes a outras instituições de saúde. O próximo ponto da pauta era a prestação de contas do Orçamento Participativo, cujo documento foi encaminhado anteriormente aos conselheiros e se encontra arquivado na Secretaria Executiva. Sr. Marcelo propôs a divisão da apresentação em dois blocos, iniciando pelas obras. Após a apresentação, foi aberta a palavra aos presentes para esclarecimentos. Dr. Pedro Paulo perguntou se a Prefeitura teria buscado financiamento junto ao BNDES, ao que a Dra. Maria do Carmo respondeu que sim, estando sendo aguardada a liberação da verba. Respondendo ao Dr. Piquerobi,

Dra. Maria do Carmo colocou que a construção do CS Vila União não foi iniciada porque a população não havia aceitado o terreno destinado anteriormente. Sra. Cristina solicitou esclarecimentos sobre a reforma do CS Barão Geraldo e a verba destinada para equipamentos e recursos humanos. Dra. Maria do Carmo lembrou que naquele momento estava sendo feita a prestação de contas das obras do OP, que não era o caso de Barão Geraldo, devendo as demais demandas ser discutidas no segundo bloco. Sr. Júnior relatou problemas nas obras do CS Itajaí e CAPS Integração, ao que Sr. Marcelo informou que já estão sendo tomadas as providências para solucioná-los. Após consulta aos conselheiros presentes, ficou deliberado que, dado o adiantado da hora, a apresentação das demais demandas seria feita em uma próxima reunião. Passou-se, então, para a seção de informes. Sr. João Paulo informou que faz parte da Mesa Nacional de Negociação do SUS, tendo deixado à disposição material sobre experiências de alguns municípios nessa área. Sr. Júnior convidou a todos para a eleição do Conselho Distrital de Saúde Noroeste e do Conselho Local de Saúde do CAPS Integração, no dia 26.06, às 18:30 horas, na sede do Distrito de Saúde. Convidou a todos também para a eleição do CLS Florence, no dia 05.07, às 14 horas, na Escola Estadual Elvira Pardo Meo Muraro. Sr. João Olímpio relatou demora no atendimento de solicitação de ambulância e também no Pronto Socorro São José. Sr. Valdir, coordenador do CLS Anchieta, questionou as condições tanto do Centro de Saúde quanto do Pronto Socorro Anchieta. Nada mais a ser tratado, encerro a presente ata, a qual assino com os demais presentes.

retorna a relação de atas do CMS

Página atualizada em Julho / 2003